

Memória da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR – 17/11/2020

1
2
3 No Décimo sétimo dia do mês de novembro de 2020 às 10:00 deu-se início a Reunião online Ordinária da Plenária
4 do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do
5 Estado do Paraná – CIAMPRua/PR. Fizeram-se presentes: **Governamental Titulares:** Dulce Maria Darolt –
6 SEJUF/DEDIF/CPPOPRUA; Cel Micrute - SESP PR; Eliana - SEED; Patricia – SEJUF/DAS. **Governamental**
7 **Suplentes:** Amélia Cabral Alessi – SEJUF/DEDIF; **Sociedade Civil Titulares:** Leonildo- INRUA; Julia Ferreira -
8 CRP; Jaqueline-Casa da Acolhida; Vanessa - INRUA; Antonia - Pastoral do Povo de Rua. **Sociedade Civil**
9 **Suplentes:** Carlos Humberto – MNPR. **Convidados Especialistas:** Ana Ragio - Direitos Humanos SEJUF/DEDIF;
10 Tamires – SEJUF/DAS; Julia Bezerril - OAB; Taisa - DPPR; **1. Abertura:** Sra. Dulce cumprimenta todos dando
11 boas vindas on-line. **2. Aprovação da Pauta** – Aprovada, com inclusão de pauta do Carlos Alberto, agressão
12 moradora de rua Parolim. **3. Aprovação da Memória da Reunião Ordinária do mês de outubro** – Aprovada. **4.**
13 **Aprovação da Memória da Reunião extraordinária de outubro** – Aprovada. Estando em 15 membros na reunião,
14 dá-se continuidade à reunião. **5. Relato da Comissão de Eleição 2020 CIAMP** - Taisa da DPPR faz o relato:
15 Começamos com o relato as eleições Sociedade Civil, sobre a postergação das inscrições para as entidades
16 concorrerem à vaga ao Comitê. Não houve quantidade de inscritos suficientes; por causa disso o edital será
17 postergado até o dia 27/11. Até hoje dia 17 tivemos três inscritos., Cornélio Procópio, Ponta Grossa e CRP. A
18 comissão decidiu abrir novo cronograma para novas inscrições Prorrogado cronograma das inscrições; postergada
19 para o período de 18 a 27 de novembro prazo para os escritórios Regionais até dia 30/11/2020. A análise da
20 Comissão Eleitoral até dia 01 a 03/12; Publicação da relação das organizações habilitadas e inabilitadas 04/12/20; A
21 apresentação de recursos pelas Organizações inabilitadas até dia 08/12; Publicação da relação definitiva das ONGs e
22 OSCs habilitadas e inabilitada até 10/12/20; apresentação oral da instituição pelo seu representante, via online, será
23 dia 15/12/20; um link será fornecido pela Comissão da Eleição; Ato de carregamento das organizações habilitadas
24 votantes candidatas na plataforma até dia 16/12/20; data do processo eleitoral dia 16/12/20; Análise dos resultados da
25 Eleição pela comissão Eleitoral, dia 17/12/20; Publicação do resultado final do processo eleitoral com os candidatos
26 eleitos, dia 18/12/2020; Envio para publicação do Decreto com os Membros Eleitos dia 08/01/2021; posse dos
27 Membros representantes das ONGs e OSCs eleitas, acontecerá em fevereiro de 2021. Foi pedido mais divulgação
28 para a Sociedade Civil, é muito importante que as entidades se inscrevam. 1. Eliana da SEED falou que está com
29 muito trabalho por causa das notas escolares; que a apresentação dos habilitados pode ser feita pelo google meet,
30 pois podem entrar até 250 pessoas; cada macrorregional terá uma hora para se apresentar. Dulce falou que faremos
31 pelo meet, também que precisamos conseguir mais inscrições. Vanessa falou que o “Mãos Invisíveis” também irá se
32 inscrever, estava com problemas de internet. Dulce passou a informação do novo cronograma pelo chat e por whats.
33 Vanessa diz que consegue se inscrever até dia 27/11, está terminando o relatório de 2019 da instituição. **Passamos**
34 **para o ponto 6. solicitado pela Taísa, quer saber sobre o andamento do Projeto Moradia Primeiro:** A técnica
35 Ana Ragio, foi convidada e irá atualizar os membros do Comitê. Informa que inscreveu o projeto junto ao Governo
36 Federal, o prazo era até sexta-feira dia 13/11. Tiveram uma reunião, eles avaliaram, pediram para modificar alguns
37 pontos. Propósito do Governo Federal será até dia 20/11/20; até a presente data não houve resposta. Disseram que o
38 projeto estava muito bem elaborado. Aguardando 2 emendas parlamentares, uma de 300 mil reais, nessa emenda, 200
39 mil, serão para investimentos e 100 mil para custeios. Foi previsto direcionar as vagas para: LGBTs, Trans 3 ou 6
40 LGBTis ou casais, indivíduos ou até famílias. Contratação de 1 técnico, aluguéis, água, luz, gás, aquisições de
41 utensílios; no total precisa de uma contrapartida de 2%, seria um valor de R\$10.725,95; outra emenda será no valor
42 de 500 mil, direcionados só para custeios, aluguéis e pagamento de pessoal, com 12 unidades domiciliares que será
43 passado para famílias, casais, água, luz e aluguel; com a contratação de 2 educadores 1 coordenador 2 agentes. Pode
44 haver alterações no projeto, por exemplo, na cotação de casas, para ver o custo benefício. Essas alterações podem
45 alterar o valor, pode ter alguma soma ou diminuição. No projeto de 12 pessoas, serão 2 unidades para mulheres, 2
46 para casais, pois o município de Curitiba não tem acolhimento para casais, 2 pelo menos para 6 homens, 6 pessoas
47 negras, pode ser homens ou 6 pessoas negras pode também ser 1 homem ou 1 casal, LGBT ou não. Aquisição desses
48 bens devem ser feitos pelo Governo do Estado. Dulce pergunta sobre mulheres grávidas. Ana especificou que está
49 em mulheres em geral, incluindo mulheres grávidas. Esse projeto de aquisição de 300 mil será em até 6 meses; o
50 processo e pouco demorado, os 100 mil restantes deve ter o planejamento da Sociedade Civil, assim como os outros
51 500 mil. Dentro do governo não tem pessoal para isso. Esse projeto é o primeiro no Brasil do INRUA. Julia fala que
52 o projeto ficou m muito bom, parabeniza a Ana que deu continuidade ao projeto, agradeceu a inclusão de pessoas
53 trans, envolvendo realmente os mais necessitados, fala da aquisição de equipamentos, educadores sociais, pergunta

54 se eles podem ser dos movimentos sociais, pois seria o fundamental para dar certo; solicita que um grupo menor do
55 CIAMP se informasse sobre isso. Pediu para enviar o projeto para todos, para saberem como está o desdobramento
56 do projeto. Ana fala que a organização do projeto deve ser de quem pegar o projeto e deverá enviar o relatório
57 bimestralmente, por isso tem a necessidade de expertise da equipe para lidar com essas questões. Quanto à
58 participação de movimentos sociais não soube informar. É algo difícil de fazer; e que ainda tem muito chão pela
59 frente; tem que terminar o projeto, publicar e mandar e com aprovação do Edital. Demora mais uns seis meses, pode
60 haver algumas alterações, só poderemos fazer possíveis alterações depois que o governo aprovar o projeto. Julia
61 pergunta, mas diz que não conhece esses trâmites. Ana está fazendo, mas ela tem muitas outras atividades. falou que
62 não é possível fazer alterações, melhor garantir que a verba venha, depois podem fazer alterações. Julia pede quando
63 puder trazer esse projeto, para as pessoas interessadas da POPRUA nessa demanda possam ler e acompanhar e
64 agradece a dedicação da Ana. Sra. Antônia pergunta como farão a escolha das pessoas que farão parte do projeto.
65 Ana fala que a ideia é para acompanhar; sugeriu que a Sociedade Civil faça essa avaliação. No caso seria para 12
66 pessoas que estão há menos de cinco anos na rua, e posteriormente para quem está há mais de cinco anos em situação
67 de rua. Pediu que vejam por território; ela colocou a regional-matriz de Curitiba e demais cidades. Terá que ser feito
68 um termo de cooperação, um diálogo de como fazer, poderá ser feito mais pra frente. Taísa parabeniza a Ana e a
69 Dulce. Agradece o trabalho, pois será um processo longo pela frente. Ana agradece, disse que gosta de trabalhar com
70 a Sociedade Civil Organizada, foi pouco tempo para dar conta, pois estava de férias, temos que aguardar a aprovação
71 do projeto e que teremos espaços para mais contribuições. Jaqueline comenta que não podem perder esse projeto.
72 Carlos agradece, pois, esse projeto do Paraná é o primeiro do Brasil. Dulce comenta que o mérito é todo da Ana
73 Raggio, agradece por ela aceitar, pois é ela que tem a expertise sobre construção deste tipo de projeto. Dulce
74 pergunta se mais alguém tem alguma colocação ou sugestão. Taísa fala que está ansiosa para ver a concretização do
75 projeto. Dulce agradece a Ana por todo o trabalho. Eliana também agradece a dedicação. Ana agradece o espaço e o
76 reconhecimento de todos pelo seu trabalho e de reconhecer as políticas, e assim que tiver novidades, trará notícias.
77 **Vamos para a pauta 7. Resolução n.40 do CNDH** – por solicitação do MNPR – Leonildo. A Patrícia do DAS fará
78 alguns comentários sobre essa resolução, que trata dos direitos da POPRUA, envolve vários órgãos públicos. Cada
79 política atende a sua parte, citou exemplo do IBGE sobre levantamento de pessoas em situação de rua; no caso da
80 assistência tem algumas normativas, foco nos LGBTs ou casais, pois essa população não é acolhida; essa resolução
81 n.40 reafirma isso. Pessoal da Justiça, Saúde, fala da questão de individualidade; tem os considerandos que cada
82 política deve fazer. Importância da capacitação dos profissionais da área. Dulce comenta que a resolução foi feita
83 agora, demora para ser cumprida. Amélia falou sobre a interiorização e a intersectorialidade, que veio em um
84 momento importante para começar aplicar essa resolução. Tamires também fala da política intersectorial, de
85 necessidade de capacitação das pessoas que estão na prática, Segurança Pública, Saúde, deve ocorrer capacitação.
86 Dulce comenta que teve épocas que havia cursos online para capacitação. Tamires concorda. Dulce continua que o
87 público tem dificuldade de se auto capacitar, que o comitê pode fazer alguma sugestão de demanda, dentro do que
88 compete ao Estado. Pede para todos se dedicarem a lerem essa resolução para que o comitê possa propor alguma
89 sugestão. Taísa acha importante essa consideração sobre todas as políticas públicas. Patrícia fala sobre articulações.
90 Carlos fala para todos estudarem mais essa resolução, participar de cursos, para ficarem mais preparadas. Patrícia
91 concorda que dá mais segurança para saber acolher ou trabalhar com o POPRUA. Carlos fala para que todas as
92 políticas andem juntas. Eliana fala da documentação na hora da matrícula, flexibilização, fazer apontamentos,
93 sugestões. Dulce acha ótimas as sugestões. Pode-se colocar dessa forma e trazer para a próxima reunião. Janeiro não
94 haverá reunião do comitê. Fevereiro é posse dos membros com o novo grupo. Os membros governamentais podem
95 haver mudanças, citou exemplo da SEED e SESA. Eliana sugeriu como pauta da educação; podemos deixar pré
96 pautado para dezembro. Outros membros podem enviar sugestões pelo whatsapp. A Resolução é grande, podemos
97 deixar genérico, podemos dentro dessas direções o que o CIAMP pode sugerir. Comentou que o Leonildo teve
98 participação nessa resolução Nacional. **Ponto 8. Inclusão de pauta do Carlos sobre agressão no bairro Parolim**
99 com uma moradora de rua, dependente química, que chegou em uma lixeira de uma residência para pegar material
100 reciclável. Um segurança privado a agrediu muito. É uma moça que mora em um terreno baldio, perto da Colmeia.
101 No momento que ela saiu começou a agressão. Taísa comenta com o Carlos para passar o caso para o promotor Dr.
102 Antonio; ela não está mais nesse setor, e indaga se ela está grávida. Carlos responde que o nome dela é Jenifer, e irá
103 procurar saber o estado de saúde dela, para dar uma atenção melhor para ela. Carlos continua falando que os
104 seguranças privados sempre agridem muito os mais vulneráveis que estão na rua. Fala que ela não tem condições de
105 se defender, pois não tem noção de onde ir, devido seu grau de dependência. Vanessa pede para que o caso seja
106 investigado, eles têm provas com nome das pessoas do segurança e da empresa, solicita intervenção da Defensoria

107 Pública. Taísa fala que irá passar contatos do NUCID, site e email. Patrícia fala para o CIAMP enviar nota por escrito
108 para o sindicato das empresas de segurança privada. Vanessa acha que terá retalhação para cima do POPRUA . Dulce
109 fala que se não houver denúncia, pode ficar pior para o POPRUA, citou exemplo dos idosos, que insistiram por anos,
110 17 anos insistindo, com os motoristas de ônibus que não respeitavam os idosos. Vanessa sugere que seja feita de uma
111 forma bem ajustada com a Polícia Militar, deverá ser feito de forma intersectorial, Segurança Pública, Defensoria,
112 Gaeco. Dulce fala que o responsável é a empresa de segurança. Vanessa comenta que os seguranças muitas vezes são
113 policiais militares, guardas municipais que fazem essa segurança privada. Dulce pede sugestões. Vanessa sugeriu
114 notas do CIAMP para o Conselho Municipal de Direitos Humanos. DPU. Fazer algo mais amarrado. CEL Micrute
115 diz que é a empresa privada e essas atitudes devem ser denunciadas, se for policial, será submetido ao Conselho;
116 policial não pode ter essas atitudes. Também falou que devem ser os próprios moradores que chamam os vigilantes.
117 Deve-se fazer uma denúncia formal, com nome, horário, local, tem situações isoladas, deve-se denunciar. Taísa acha
118 importante essa demanda, e que se deve fazer debates em outros conselhos. Cel. Micrute diz que esse caso é da
119 Polícia Civil. Carlos concordou e falou sobre soldado da polícia, que em palestra também fez essa orientação. Mas
120 Carlos também acha que pode acontecer coisa pior. Cel. Micrute fala que a P. M. Tem feito de tudo para melhorar
121 essa situação, eles têm normas para essa situação, ninguém deseja ficar em situação assim de tanta vulnerabilidade.
122 Vanessa fala que se deve fazer algumas coisas para as empresas de segurança privada, urgente um tipo de
123 notificação. Cel. Micrute que se deve enviar notificações para a Prefeitura, Polícia Militar, Polícia Federal,
124 Sindicatos, comentou que a P.M. prende essas pessoas, que muitas vezes nem tem alvará para esse trabalho. Dulce
125 pergunta o que o Comitê quer fazer, enviar denúncia para o NUCID ou para a Polícia Federal? Vanessa fala em fazer
126 uma Recomendação tanto para sindicato como para Polícia Federal. Dulce achou boa ideia da recomendação para
127 esses órgãos, sugeriu que a Vanessa faça um rascunho, e envie a ela, irá finalizar e enviar para as empresas privadas e
128 organizações. Vanessa fará um rascunho e enviará para Dulce. Cel. Micrute comenta que essas empresas privadas
129 não tem capacitação nem cursos para saberem atender essas ocorrências. Vanessa fará a minuta e enviará para análise
130 do grupo, que deverá ser enviada para Empresas, Delegacias, Polícias Federal, NUCID e Prefeitura. Cel Micrute
131 disse que é importante fazer denúncias na delegacia para investigação. Dulce agradece a presença de todos e
132 encerramos essa reunião plenária. Sem mais nada a relatar, eu Amélia Alessi, encerro essa ata, depois foi revisada
133 por Dulce Darolt, sendo aprovada pelo CIAMPRua/PR na reunião de 17/12/2020, a qual será publicada no Portal do
134 Comitê, na página da SEJUF.

135
136
137
138
139
140
141
142